

O desafio global da resistência aos antimicrobianos



DAVID IUIP
Médico, infectologista, reitor do Centro Universitário FMABC, membro titular da Academia de Medicina de São Paulo

A resistência de bactérias e fungos aos medicamentos antimicrobianos é hoje reconhecida como uma das maiores ameaças à saúde pública global. O avanço desse fenômeno preocupa autoridades sanitárias e especialistas em todo o mundo, pois compromete a eficácia de tratamentos antes seguros e coloca em risco procedimentos médicos essenciais, como cirurgias, partos, quimioterapia e transplantes.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 7,7 milhões de pessoas morreram em 2019 em decorrência de infecções bacterianas. Desses óbitos, 4,95 milhões estavam associados à resistência a antibióticos, e 1,27 milhão foram diretamente causados por microrganismos resistentes. No Brasil, dados do estudo Global Burden of Disease mostram que, em 2021, 31,7 mil mortes foram atribuídas diretamente à resistência antimicrobiana, enquanto 130 mil tiveram relação indireta com o problema. Os números traduzem uma epidemia silenciosa que ameaça se tornar uma crise de proporções semelhantes às das grandes pandemias.

A resistência ocorre quando bactérias, vírus, fungos ou parasitas sofrem mutações e passam a não responder aos medicamentos disponíveis.

Esse processo é acelerado pelo uso inadequado de antibióticos, como a automedicação, o abandono precoce do tratamento ou o uso em doses incorretas, também pelo descarte inadequado de medicamentos e pelo uso indiscriminado de antimicrobianos em animais e na agricultura. Essa combinação cria condições ideais para o surgimento e a disseminação de cepas cada vez mais resistentes, que circulam entre pessoas, animais e o meio ambiente.

Embora o problema seja global, os países de baixa e média renda são os mais afetados. A falta de acesso à água potável e saneamento básico, somada a sistemas de saúde frágeis, dificulta o controle de infecções e o uso racional de medicamentos. Nesse contexto, o ciclo de resistência se intensifica: mais infecções levam a maior consumo de antibióticos, e o uso excessivo favorece o surgimento de novas cepas resistentes.

O impacto vai muito além das doenças infecciosas. Sem antibióticos eficazes, a medicina moderna corre o risco de retroceder décadas. Procedimentos como partos cesarianos, cirurgias cardíacas e tratamentos oncológicos dependem da existência de medicamentos capazes de prevenir ou tratar infecções. Sem eles, até uma pneumonia simples ou uma infecção urinária podem voltar a ser potencialmente fatais.

Para enfrentar o problema, a OMS defende uma abordagem integrada baseada no conceito de “Uma Só Saúde” (One Health), que reconhece a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental. O combate à resistência antimicrobiana exige esforços coordenados entre governos, instituições de pesquisa, profissionais de saúde, indústria farmacêutica e sociedade civil.

É preciso investir em políticas públicas de prevenção, ampliar o acesso à saúde, aprimorar o diagnóstico laboratorial, garantir a prescrição responsável e fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica.

Segundo o Banco Mundial, seriam necessários cerca de US\$ 9 bilhões por ano para conter o avanço da resistência em países de baixa e média renda. O investimento deve priorizar o desenvolvimento de novos antibióticos, a ampliação de programas de controle de infecções, o estímulo à pesquisa científica e a regulação rigorosa do uso de antimicrobianos em humanos e animais.

As projeções são alarmantes: se nenhuma ação efetiva for adotada, até 2050, as infecções resistentes poderão causar mais mortes do que o câncer e as doenças cardiovasculares combinadas, além de provocar um impacto econômico estimado em trilhões de dólares, com queda na produtividade e sobrecarga nos sistemas de saúde.

No Brasil, é fundamental fortalecer o Plano Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (PAN-BR), alinhado às diretrizes da OMS, e ampliar parcerias público-privadas voltadas à pesquisa e inovação. A indústria farmacêutica nacional tem capacidade técnica e científica para desempenhar papel estratégico, desde que receba apoio de políticas públicas consistentes e incentivos à inovação.

A resistência antimicrobiana é uma ameaça silenciosa, mas não inevitável. Enfrentá-la exige compromisso político, investimento continuado e conscientização coletiva. O tempo de agir é agora, antes que infecções tratáveis voltem a ser sentenças de morte.



Um apelo urgente ao consenso em favor da agricultura das Américas



MARIS LLORENS
Empresária pecuária e embaixadora da Boa Vontade do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Países de diferentes regiões das Américas, governados por tendências políticas diversas, pronunciaram-se, nos últimos dias, a favor de uma candidatura de perfil predominantemente técnico para dirigir, a partir do próximo ano, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), órgão internacional fundamental para as políticas públicas agrícolas, bem como para a saúde e o comércio e, portanto, para a posição privilegiada do nosso continente como produtor e exportador de alimentos.

Meu país adotivo, o Paraguai, juntamente com outra grande nação produtora de alimentos como o México, foram as duas primeiras nações, fora da região do Caribe, a informar, por meio de suas respectivas chancelarias, que votariam no prestigiado engenheiro agrônomo de nacionalidade guianense Muhammad Ibrahim para que, no próximo dia 4 de novembro, ele se tornasse o diretor geral eleito do IICA.

Conforme explicou o Ministério das Relações

Exteriores do Paraguai — um dos quatro membros plenos do Mercosul — na nota em que anunciou sua decisão de apoiar a candidatura da Guiana e de outros 13 países da Comunidade do Caribe (Caricom), a ampla experiência e formação de Ibrahim o tornam o candidato mais adequado para liderar o IICA nesta nova etapa. Essa afirmação não se faz em detrimento dos outros candidatos, apresentados por Honduras e Uruguai, que são dois agrônomos com grande experiência.

Afirma-se, ao contrário, na convicção de que o IICA, como organismo de base fundamentalmente técnica, deve ser liderado no contexto atual por uma pessoa com capacidade e experiência comprovadas no âmbito da cooperação técnica internacional e que, além disso, tenha recebido o apoio unânime de sua respectiva região.

O candidato da Guiana é o único que cumpre essa dupla condição, pois, além de seus 35 anos de experiência internacional, sua formação e liderança em projetos agrícolas em diferentes países das Américas, conta com o apoio unânime de todos os 14 países membros da Caricom que, por sua vez, fazem parte do IICA.

A gestão do médico veterinário argentino Manuel Otero deixa o IICA em uma posição de protagonismo, prestígio e influência como nunca antes em seus 83 anos de história. Essa posição está de acordo com a importância da agricultura nas Américas e é um grande legado que deve

ser preservado.

O momento exige que trabalhemos juntos para continuar fortalecendo a capacidade do continente de produzir alimentos, fibras e bioenergia, de forma cada vez mais sustentável, impulsionando o comércio e gerando empregos e oportunidades de desenvolvimento social e produtivo nas áreas rurais, a fim de evitar o abandono do campo e as migrações.

Devemos melhorar a produção e a eficiência, conservar e proteger nossos solos, controlar pragas e doenças de animais e plantas, e apoiar a pesquisa e a extensão científica e técnica para melhorar a vida rural e as contribuições da agricultura para o desenvolvimento econômico e social de nossos países. A cooperação técnica é essencial para continuar no caminho da melhoria e olhar para o futuro com esperança. O candidato da Guiana reúne os atributos adequados e necessários para liderar esse processo.

É hora de trabalharmos juntos, com humildade e sem egoísmo, de modo a reconhecer que uma decisão unânime a favor do candidato mais bem posicionado para dirigir o IICA permitirá que todos os países do continente americano, incluindo suas potências agrícolas e suas nações insulares, trabalhem juntos para alcançar o desenvolvimento agrícola e rural que almejamos, e para que as Américas fortaleçam ainda mais seu papel de guardadora da segurança alimentar e nutricional do mundo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



A moita e os coelhos

Com as diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que foram instaladas no Congresso nos últimos anos, a sociedade nunca alimentou grande esperança. A razão é que as pressões e mesmo ameaças de todo o tipo, no meio político, são fortes e frequentes. A sociedade sabe, por isso, que dessa moita não sai coelho, por mais que os alaridos em torno das investigações sejam feitos. O governo que, ao fim e ao cabo, aparece sempre na mira dessas CPIs, tem seus métodos próprios para mudar o curso das investigações e, não raro, conta com o apoio da própria oposição.

Com exceções mínimas, as bancadas indicadas para essas comissões são designadas tendo como orientação precisa, tanto dos caciques políticos quanto do governo, para impedir que as investigações cheguem perto do Palácio do Planalto, por mais que os indícios apontem nessa direção. No caso em pauta, agora, com a CPI que investiga os descontos irregulares em benefícios do INSS, o bom senso previa que quanto mais as investigações fossem aprofundadas, mais e mais o rastro das irregularidades e crimes iriam até ao Planalto. A CPI do INSS e o desencanto institucional é o que parece que teremos como recheio dessa mais nova piza assando no parlamento.

Para investigar os descontos indevidos em benefícios do INSS, a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) chegou ao Congresso em meio a um clamor legítimo por responsabilização. Afinal, estamos falando de valores somados em bilhões de reais e de milhares de aposentados e pensionistas que nunca autorizaram tais descontos. Todavia, não se pode ignorar o ceticismo, bem fundamentado, que a sociedade brasileira carrega quanto ao papel real dessas instituições de apuração política. Desde o início, o panorama anunciava que o percurso da CPMI do INSS estaria repleto de becos ocultos, retalhos de obstrução e cenários de blindagem. O modus operandi das comissões parlamentares não é novo — o que muda é o grau de sofisticação das manobras que se adotam para domar investigações que incomodem o poder.

Por meio de sua diretora de Previdência e Benefícios, a Controladoria-Geral da União (CGU) trouxe ao colegiado dados alarmantes: os descontos “associativos” passaram de cerca de R\$ 387 milhões, em 2015, para mais de R\$ 3,4 bilhões, em 2024. Quando questionada sobre a atuação do INSS, após receber alertas, ela admitiu que o órgão permaneceu omissa. Além disso, o número de reclamações disparou — enquanto os pedidos para suspensão de descontos saltaram de menos de mil para quase 200 mil em poucas gestões. Mais que os indícios de fraude, o que impressiona é o vigor dos mecanismos de contenção aplicados. A CPI rejeitou a convocação de Frei Chico, irmão do presidente Lula, que ocupava cargo no sindicato alvo de investigação. Requerimentos de quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do ex-ministro Carlos Lupi foram retirados da pauta. O presidente da CPMI, senador Carlos Viana, criticou uma manifestação da AGU que defendia a continuidade dos descontos, considerando que “abriu caminho para que nenhum agente público seja responsabilizado”. Esses episódios não são exceção, mas informações emergentes de que o aparato político tem e vai usar seus recursos para desviar o foco e degradar a eficácia da CPI.

No Brasil, história após história mostra que CPIs que entram no radar do Planalto costumam ser domesticadas, com poucos resultados concretos. O governo, aliado a caciques partidários, atua nos bastidores para submeter os indicados que vão compor essas comissões. A lógica é clara: compor bancadas de maneira “controlável”, distribuir cargos e pendurar lealdades. Quando a investigação se aproxima do centro do poder, o “ajuste fino” começa: requerimentos são rejeitados, convocações recusadas, deliberações alteradas. É do jogo, infelizmente, previsível, que as CPIs mais incisivas cedam ao desgaste ou são reduzidas a espetáculo midiático, sem consequências significativas. Raramente, emergem “coelhos” consistentes da moita institucional.

No caso da CPI/CPMI do INSS, por mais que os indícios apontem para conexões perigosas com o Planalto, as primeiras atitudes demonstram o padrão clássico de blindagem política. A oposição, muitas vezes cúmplice ou benevolente, não se mobiliza com a contundência necessária para garantir que a CPI não seja convertida em mera vitrine de teoria conspiratória. A sociedade espera e exige que uma CPI não seja mero rito protocolar, mas um instrumento de responsabilização efetiva.

A CPMI do INSS tem um significado legítimo: veio porque o escândalo é grave demais para ser ignorado. Mas a tarefa que se abre é ingente: justamente garantir que essa comissão não desambe. A sociedade deve monitorar cada passo, exigir transparência imediata, mobilizar sua voz e, sobretudo, cobrar que os resultados excedam o palco do Congresso. Se não houver apuração contundente, punições reais e mudanças nos mecanismos que permitiram o esquema de descontos, a CPI será mais uma promessa não cumprida e mais uma demonstração de que, na política institucional brasileira, muito barulho sai para nenhum coelho justamente quando o rastro da mácula alcança o coração do poder.

» A frase que foi pronunciada

"Proteger o povo brasileiro é a nossa razão de existir"

Mote do INSS

» História de Brasília

A Asa Norte do Plano Piloto continua com os mesmos problemas de há seis meses. No lado comercial, não há compradores, e no lado residencial, não há comerciantes. **(Publicada em 10/5/1960)**